



EDITORIAL

NOTÍCIAS

Viver o Presente, agir e acreditar no Futuro

Nada faria supor, há uns meses, que iríamos ter que escolher um novo governo, em eleições legislativas, já no próximo dia 10 de Março. Cada vez que se aproxima qualquer acto eleitoral, revejo a história da participação no voto. Recuo a 1911, data em que a primeira lei eleitoral da República Portuguesa reconhecia o direito de votar aos “cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família”. Foi nesse ano que Carolina Beatriz Ângelo, invocando o facto de ser viúva e sustentar a sua filha, venceu em tribunal a acção que lhe permitiu ser considerada “chefe de família”, tendo sido a primeira mulher a votar no país, nas eleições constituintes, a 28 de Maio de 1911. Aproxima-se o 8 de Março, um bom dia para celebrarmos o seu feito.

O gesto de Beatriz Ângelo teve como consequência imediata um retrocesso na lei: O Código Eleitoral de 1913 determinava que “são eleitores de cargos legislativos os cidadãos portugueses **do sexo masculino** maiores de 21 anos...”. Em 1931 foi concedido o voto às mulheres mas só às que tivessem cursos secundários ou superiores, aos homens bastava saber ler e escrever. A lei eleitoral de 1946 alargou o direito de voto aos homens que, “sendo analfabetos, pagassem ao Estado pelo menos 100 escudos de impostos para lhes ser concedido o direito de voto e às mulheres chefes de família e casadas que, sabendo ler e escrever, tivessem bens próprios e pagassem pelo menos 200 escudos de contribuição predial”. No entanto, só após a Revolução de 25 de Abril de 1974 se consagraria o sufrágio universal e seriam abolidas as restrições ao direito de voto baseadas no sexo dos cidadãos.

Com esta memória pretendo apelar ao **voto consciente**, valorizando a conquista de Abril do voto universal, num tempo de tão grandes alterações no panorama político

com que somos confrontados. As pensões dos reformados têm sido um alvo privilegiado dos governos, sempre que uma crise económica afecta a sua governação tendo, num passado próximo, sido alvo de cortes que os reformados não esquecem. Agora, os diferentes partidos, em campanha eleitoral, sabendo que constituímos 24% da população portuguesa e que, face ao historial inicial deste texto, não queremos desperdiçar a oportunidade de manifestar a nossa preferência através do voto, os mais velhos e as suas pensões são assunto em destaque, com promessas de que não haverá cortes nas pensões (já ouvimos isso antes...).

Gostariamos de saber mais sobre o que propõem em outras áreas como a saúde, a habitação, a mobilidade, as ERPI, a segurança... Nesta edição, publicamos um contributo para melhor esclarecimento.

A tentativa de manipulação de que fomos alvo na pré-campanha, com os debates (de 30 minutos), os comentários antes dos debates e os comentários depois dos debates (várias horas), juntamente com a perigosa desinformação que passa nas poderosas redes sociais, devem deixar-nos alerta para os perigos que se avizinham e para a necessidade de uma informação credível sobre o que os diferentes partidos propõem nas diferentes áreas atrás enumeradas.

Não queremos o nosso futuro comprometido e, por isso, em Março não podemos esquecer Abril.

Não fique em casa. VOTE!

Maria do Rosário Gama

INFORMAÇÃO COMPARATIVA DOS PROGRAMAS DOS PARTIDOS COM ASSENTO NA A.R. CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO DE 2024

(pela ordem de representação na atual legislatura)

PARTIDOS	PENSÕES DO REGIME CONTRIBUTIVO	PRESTAÇÕES SOCIAIS	SISTEMA PÚBLICO DE PENSÕES/ ESTADO SOCIAL
PS	<p>Cumprimento integral da fórmula de atualização das pensões, “sem prejuízo da valorização adicional nos grupos mais desfavorecidos”</p> <p>“Revisão da regra de formação das pensões contributivas para que seja menos penalizadora das carreiras intermitentes e mais favorável à formação de pensões dignas para pessoas com baixos salários”</p> <p>“Reforçar o princípio da contributividade, assegurando que a todas as prestações de trabalho, incluindo trabalho independente, correspondam contribuições dos contratantes para o sistema de segurança social, em articulação com o respetivo englobamento dos rendimentos para fins fiscais, assim reforçando a base contributiva do sistema, a redução dos incentivos ao recurso abusivo a formas de trabalho precário e assegurando uma melhor proteção futura (...)”</p>	<p>“Reforçar a eficácia do Complemento Solidário para Idosos (CSI) (...) assegurando que o valor de referência da prestação se mantém pelo menos em linha com o limiar da pobreza e excluindo os rendimentos dos filhos (...) para determinação dos recursos dos requerentes (...)”</p>	<p>“Afirmção da segurança social pública enquanto garante da equidade e a salvaguarda da sua sustentabilidade”</p> <p>“Garantir a primazia e integralidade do sistema público de segurança social”</p> <p>“Rejeitar quaisquer tentativas de privatização, total ou parcial, do sistema de pensões, bem como de qualquer exercício ou experiência de “plafonamento” de contribuições e pensões (...)”</p> <p>“Aperfeiçoamentos no modelo de atualização das pensões, incluindo a ponderação (...) de outras variáveis macroeconómicas, como a variação da massa salarial, para cálculo dos aumentos e a garantia de aumentos mínimos, prevenindo a estagnação dos valores das pensões mais baixas”</p> <p>Alargamento da consignação de impostos para reforço do sistema de pensões</p>
AD	<p>Criação de uma “conta-corrente do contribuinte-beneficiário” que permita aos cidadãos ter informação sobre o historial das suas contribuições para a Segurança Social</p>	<p>“Aumentar o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para um valor de 820 euros em 2028, tendo como objetivo a equiparação ao valor do salário mínimo nacional, na legislatura seguinte”</p> <p>Substituir “um conjunto alargado de apoios sociais, sem perdas para ninguém”, por um “suplemento remunerativo solidário”, que permita a acumulação de rendimentos do trabalho com o Rendimento Social de Inserção (RSI), pensão social ou outros apoios dirigidos a situações sociais limite</p> <p>Criação de uma prestação única por tipologia para as prestações não contributivas</p>	<p>A legislatura iniciada em 2024 deve ser dedicada ao Estudo, com Análise e Discussão dos Desafios e Respostas para a Segurança Social, o qual deve ser o mais amplo possível, participado pela sociedade e por personalidades e instituições independentes, sereno, baseado em factos, e dirigido à construção de soluções que funcionem, preservem a sustentabilidade num quadro de equidade intergeracional. O Estudo, com análise e eventual proposta de caminhos e soluções, deve permitir a sua adoção e implementação na legislatura seguinte</p> <p>Promover uma discussão esclarecida e serena, num contexto de estabilidade e previsibilidade das regras, contribuições e benefícios, durante a atual legislatura</p>

INFORMAÇÃO COMPARATIVA DOS PROGRAMAS DOS PARTIDOS COM ASSENTO NA A.R. CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO DE 2024

(pela ordem de representação na atual legislatura)

PARTIDOS	PENSÕES DO REGIME CONTRIBUTIVO	PRESTAÇÕES SOCIAIS	SISTEMA PÚBLICO DE PENSÕES/ ESTADO SOCIAL
CHEGA	<p>Aumentar a pensão mínima para, numa primeira fase, igualar ao valor do IAS (509,26 euros em 2024) e posteriormente ao valor ao salário mínimo nacional (820 euros em 2024)</p> <p>Contabilizar o período de cuidados domésticos para efeitos de reforma</p>	<p>Distinguir entre Rendimento Social de Inserção e “Rendimento Social de Sobrevivência”, defendendo que o primeiro deve ser atribuído por um período limitado de tempo e o segundo a todos os cidadãos que não reúnem condições para o trabalho e se encontrem em situação de carência económica</p>	
IL	<p>Notificação anual de informação com a situação agregada das contribuições para a Segurança Social a cada contribuinte individual, e a colocação no recibo de vencimento da totalidade dos custos suportados pela entidade empregadora, incluindo a Segurança Social</p>		<p>Reformar o Sistema de Pensões, alicerçando-o no princípio da valorização da poupança individual e numa redistribuição mais sustentável</p> <p>Reformar a Segurança Social com um terceiro pilar de capitalização, com um princípio de valorização da poupança individual</p> <p>Introdução de um pilar de capitalização obrigatório e incentivo ao pilar de capitalização de contribuições voluntárias</p> <p>Implementar um sistema de contas de poupança de reforma, cujos rendimentos de juros e dividendos resultantes serão isentos de impostos, com um limite de valor de investimento de 20 mil euros anuais. O cidadão poderá escolher os instrumentos de poupança e negociar as contribuições voluntárias por parte entidade empregadora, estudando-se a possibilidade de isentar ou diminuir a TSU associada a esse rendimento de trabalho</p>
CDU	<p>Acesso à pensão de velhice, sem penalizações, aos trabalhadores que tenham completado 40 anos de registo de remunerações bem como o fim do fator de sustentabilidade e a reposição da idade legal da reforma nos 65 anos</p> <p>Alargamento do aumento anual das reformas e pensões a quem se reformou no ano anterior e que em 2024, um aumento das pensões em 7,5% com um mínimo de 70 euros, com efeitos retroativos a janeiro</p>	<p>Fixação em 2024, do valor de referência do CSI em 554 euros, bem como alargar o seu pagamento de 12 para 14 meses</p> <p>Alargar os critérios de acesso à Prestação Social para a Inclusão, aumentando esta prestação em 70 euros da componente base, passando o seu valor para 368,4 euros em 2024, de forma que no final da legislatura ela seja igual ao limiar da pobreza</p>	<p>Criação de uma contribuição extraordinária às empresas em função do valor acrescentado, incidindo de forma mais acentuada nas empresas de capital intensivo</p> <p>Eliminação das penalizações do fator de sustentabilidade no montante das pensões dos trabalhadores que já acederam à reforma e que, à data do acesso à pensão antecipada, reunissem as condições posteriormente consagradas na lei, bem como para os trabalhadores que tenham atingido ou venham a atingir a idade normal de acesso à pensão de velhice</p>

INFORMAÇÃO COMPARATIVA DOS PROGRAMAS DOS PARTIDOS COM ASSENTO NA A.R. CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO DE 2024

(pela ordem de representação na atual legislatura)

PARTIDOS	PENSÕES DO REGIME CONTRIBUTIVO	PRESTAÇÕES SOCIAIS	SISTEMA PÚBLICO DE PENSÕES/ ESTADO SOCIAL
BE	<p>Alterar as regras de atualização das pensões, integrando no cálculo os valores do crescimento económico e da inflação, garantindo que nenhuma pensão perde poder de compra, bem como aumentar o valor mínimo das pensões</p> <p>Eliminação do fator de sustentabilidade e a retirada do corte aplicado a quem se reformou entre 2014 e 2018 com penalizações que não existiriam sob as regras de hoje</p> <p>Recálculo das pensões de quem tem mais de 40 anos de descontos, bem como das pensões dos regimes de desgaste rápido, para eliminar do seu valor o corte do fator de sustentabilidade, defendendo ainda alterações no conceito de “idade pessoal da reforma”</p>	<p>Alargamento do acesso ao CSI, elevando o seu valor de referência a ser calculado a partir do valor do limiar da pobreza, com 14 prestações por ano e eliminando a norma que contabiliza os rendimentos dos filhos</p>	<p>Proposta de uma outra fonte de financiamento da Segurança Social, através de uma contribuição de 0,75% sobre o valor acrescentado das grandes empresas</p>
PAN	<p>Rever as regras de atualização das pensões pagamento através da criação de um novo escalão (entre 2 e 2,5 IAS), no qual seja garantido que, em conjunturas de menor crescimento económico, o valor real da pensão não diminui</p> <p>Atualizar a dedução específica da categoria A (trabalho dependente) e da categoria H (Pensões), fixada em 4104€ e inalterada desde 2015, para 4915€ em 2024 e pela taxa de inflação nos anos seguintes</p>	<p>Alargar os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, deixando de considerar o rendimento dos/as filhos/as e assegurando a inclusão dos idosos cuja despesa anual comprovada com a aquisição de medicamentos ou com despesas médicas lhes coloque os rendimentos anuais em valor igual ou inferior ao valor de referência para aceder a este apoio</p>	<p>Sendo uma ameaça à sustentabilidade da Segurança Social a crescente substituição de trabalhadores por máquinas, defendemos a contribuição destas</p>
LIVRE	<p>Convergência das pensões de valor reduzido com o salário mínimo nacional até ao final da legislatura</p>	<p>Redução da diversidade de apoios a um único apoio e compatibilizando com a atualização e reforço do IAS</p>	<p>Rever a fórmula de cálculo das pensões da Segurança Social, através do fator de sustentabilidade, “desagravando este fator de forma a reduzir a penalização antecipada.”</p> <p>Diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social da canalização da receita de impostos sobre consumo, capital e transações financeiras</p>

Aprovados parecer sobre o PRR e relatório de atividades do CES em 2023

O Plenário do Conselho Económico e Social (CES) reuniu a 7 de fevereiro no auditório Almeida Santos, na Assembleia da República. Faziam parte da ordem de trabalhos a discussão e aprovação do parecer sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a discussão e aprovação do relatório de atividades do CES em 2023 e a ratificação da deliberação do Conselho Coordenador do CES de designar interinamente a Vice-Presidente Sara Falcão Casaca para assegurar as funções de Presidente do CES até à tomada de posse de novo titular do cargo a eleger pela Assembleia da República. Francisco Assis renunciou ao cargo de Presidente do CES dado o seu envolvimento no processo das Eleições Legislativas em curso.



O parecer sobre o Plano de Recuperação e Resiliência foi aprovado por larga maioria, embora com abstenção por parte de representantes de serviços públicos que discordaram de referências, designadamente, às dificuldades apontadas no parecer à falta de celeridade da justiça constituindo entrave ao bom uso dos recursos financeiros e à escassez de indicadores para avaliação do cumprimento das metas e objetivos do PRR.

Quanto à discussão do relatório de atividades do CES em 2023, também aprovado, foram salientadas as dificuldades decorrentes da escassez de recursos financeiros, apesar do reforço do orçamento de 2023.

Da atividade desenvolvida, interessa salientar a troca de experiências com Conselhos congéneres europeus e de países de língua oficial portuguesa. No que toca aos mais velhos, destaca-se a aprovação do projeto para estudo profundo das sociedades longevas, em colaboração com o CES espanhol, a Universidade de Salamanca e o Instituto Politécnico de Bragança. Trata-se de um projeto transfronteiriço e deverá ser executado até ao final de 2026 visando contribuir para a compreensão e obtenção de respostas adequadas às alterações sociais resultantes do aumento da esperança média de vida nestas sociedades.

António Correia

Entregue na AR a Petição pelo aumento do subsídio por morte

No passado dia 21 de fevereiro, uma delegação da APRe!, composta por Maria do Rosário Gama, José João Lucas, Arminda Serra e Rui Távora, deslocou-se à Assembleia da República (AR) para entregar uma pasta com as assinaturas recolhidas para a **Petição Alteração do Montante do subsídio por morte**, lançada pela APRe! em 2022.

A Petição, com 2745 assinaturas, em papel e online, foi entregue a um assessor da presidência da AR, que a reencaminhará para a Comissão Parlamentar competente, logo que esta esteja constituída na sequência das eleições do dia 10 de março. De acordo com a Lei, "as petições subscritas por mais de 2500 cidadãos e até 7500 cidadãos são apreciadas pela comissão parlamentar competente, em debate que tem lugar logo a seguir à apresentação do respetivo relatório final pelo Deputado ao qual foi distribuído."

Ficamos, pois, a aguardar o desenvolvimento do processo.



A APRe! E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 de fevereiro: o JN faz eco da **Mensagem aos Partidos Políticos**, comunicado emitido pela APRe! na véspera (<https://www.apre-associacaocivica.pt/a-apre-e-as-legislativas-2024/>) e enviado por correio eletrónico, também nesse dia, para todos os associados.

A Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!) apela aos partidos políticos que invistam fortemente na proteção e promoção da qualidade de vida da terceira idade em Portugal, numa mensagem enviada com algumas das propostas que defende e que espera ver aprovadas na próxima legislatura.



Relacionados

O aumento dos rendimentos das pessoas reformadas tem sido uma das prioridades dos programas dos partidos na corrida às eleições. Ainda assim, a Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!) não acha suficiente e quer mais cuidados assegurados aos idosos.

[Ler, na íntegra, aqui:

<https://www.jn.pt/1414592524/idosos-pedem-aos-partidos-politicos-mais-protecao-e-melhor-qualidade-de-vida/>]

26 de fevereiro: perante a gritante mistificação montada à volta de “cortes”, passados ou futuros, nas pensões, era imperioso que se fizesse a desmontagem e a reposição da verdade quanto a todo o percurso ao longo dos últimos 13 anos. É o que faz o artigo assinado pela Presidente da Direção da APRe!, Maria do Rosário Gama, publicado pelo jornal Público

OPINIÃO

Há cortes e “cortes” nas pensões!

Em 2022 as pensões aumentaram entre 4,57% e 3,81%; em 2023 o aumento foi entre 6,62% e 5,68% e em 2024, entre 6% e 5%. Não fora o TC, entre 2011 e 2015 e os cortes teriam sido brutais e definitivos!



Maria do Rosário Gama
26 de Fevereiro de 2024, 21:50

[pode ser lido, na íntegra, no site da APRe!, aqui: <https://www.apre-associacaocivica.pt/ha-cortes-e-cortes.../>]



Contradições

No dia 20 de Fevereiro, no Messenger da página institucional da APRe! no Fb, um certo indivíduo escreveu, irónico, “Que belo serviço que a Maria do Rosário Gama fez na sua intervenção na Antena1” e, depois de um encadeado de mentiras, remata dizendo: “Já está na altura de ir para a cova!”.

Em Lisboa, no dia 21, numa pastelaria perto da A.R., uma senhora abordou-me com simpatia e perguntou-me: “A senhora é **do** APRe!?”, eu disse que sim, mas que era **da** APRe!. “Ah, gosto muito de a ver na televisão, gosto muito da senhora!”

E assim vai a vida... e o mundo!

Maria do Rosário Gama



Inquietações

Acordei com uma particular inquietação ao pensar nas pessoas que se aposentaram ou reformaram entre 2014 e 2018, e que foram vítimas da penalização designada “factor de sustentabilidade”.

A Segurança Social, como entidade da administração pública, deveria pautar-se por critérios de justiça e equidade, ao invés de criar situações de discriminação entre os seniores portugueses que quiseram a sua pensão no período acima referido.

Claro que penalizar pensões pelo “factor de sustentabilidade” e simultaneamente pela subida da idade legal da reforma é uma dupla penalização. Foi por esta razão que esse “factor de sustentabilidade” desapareceu do cálculo das pensões, ficando, no entanto, por fazer o recálculo da pensão de alguns reformados.

O autor destas linhas mantém-se também preocupado com a ausência de um aumento extraordinário de pensões que compense uma década de congelamento. Aqui, a injustiça que permanece é igual para toda a classe grisalha.

E as inquietações não ficam por aqui.

Na área do combate à miséria ainda temos um **Complemento Solidário para Idosos** cujo valor de referência é inferior àquele que é calculado como “limiar da pobreza”, e tem uma condição de acesso a essa prestação que considera relevante, para deferimento dos requerimentos, o rendimento dos filhos independentemente de viverem ou não em comunhão de mesa e habitação com os pais.

Isto para não falar da carga burocrática que é exigida a esses requerentes, através da obrigatoriedade de apresentação de documentos comprovativos de situações que uma boa aplicação informática poderia resolver.

E, claro, afirmo que estas situações lastimáveis, injustas, que se impõem a alguns dos nossos companheiros, aumenta naturalmente o meu grau de inquietação.

É só inquietação!

É impossível conviver com o facto de o **Complemento por Dependência** ser relevante para efeitos de IRS. Trata-se, a meu ver, duma aberração porque o cidadão contribuinte pode ser prejudicado com uma subida de escalão, ou perder a isenção de IRS devido a uma

situação de dependência que, aliás, é devidamente apreciada por uma junta médica do Estado.

O **Subsídio por Morte** é outro assunto que me tira do sério, tão baixo é o montante dessa prestação.

E a situação na ADSE, em que o beneficiário tem uma tabela de participações do regime livre que é do tempo das calendas?

Temos um instituto para o qual se pagam 14 prestações, como se as pessoas além dos 12 meses por ano ainda ficassem doentes no 13º e 14º meses.

Também não consigo ficar indiferente ao ver pessoas velhas vindas de autocarro da zona rural de Sintra, e que diante das duas máquinas de bilhetes de comboio, constantemente avariadas, ficam sem possibilidade de pagamento com dinheiro, e criando atrás de si filas de gente impaciente para comprar um simples título de transporte, só porque os decisores da empresa, indiferentes às dificuldades das pessoas, ordenaram o encerramento das bilheteiras.

Fico inquieto com o SNS, e com o estado a que ele chegou. Sabendo que ele sempre foi fraco nalgumas áreas como a medicina dentária, as participações em medicamentos de oftalmologia...ainda assim, o nosso SNS é, talvez, a maior conquista do 25 de Abril!

Com o SNS mais frágil, tenho de ser contra o teto criado no IRS para as despesas com a saúde. E vejo também os Centros de Saúde sem equipamentos de RX ou laboratórios de análises e fico inquieto.

Porém, a minha maior inquietação, e aqui perdoem o meu interesse pessoal e familiar, é essa coisa dantesca designada *urgência de adultos do hospital Amadora/Sintra*.

Sobre todas estas minhas preocupações, que são também as de muitas outras pessoas mais velhas, tentarei, através do meu voto, nas próximas eleições, que se diminuam as inquietações, e se reforce a esperança de uma vida melhor para as cidadãs e os cidadãos seniores do meu país.

E para as vítimas de todas estas inquietações, a minha solidariedade.

Rui Távora
Associado nº 1562



Assim é a VIDA!

Escrever um «artigo literário» não se coaduna com a minha formação académica, números. Contudo não podia deixar de responder ao desafio de uma minha amiga do tempo do Liceu que frequentei...

O tema a escolher também me deu que pensar... Tantos assuntos, na actualidade, para abordar mas que podem ferir susceptibilidades...

Assim, o tema que vou analisar é a VIDA, aquela que tenho observado, à minha volta, do alto dos meus 72 anos.

Para mim, a vida é uma passagem em que percorremos várias fases e o envelhecimento que nos surge na terceira idade é a fase mais longa e mais só para alguns, com os dias a passarem muito depressa para uns e, talvez, muito devagar para outros.

Quando éramos jovens tínhamos pressa, pressa para fazer atividades, coisas novas, que traduzimos na frase «quando eu for grande...»

Ter um emprego, como se dizia antigamente (hoje, ter uma profissão), e constituir família, eram os desejos da maior parte dos jovens (viajar, creio que é um desejo atual).

Tivemos sorte, com coisas básicas da vida ao contrário de muitos dos jovens e jovens adultos de hoje. Enquanto no nosso tempo se conseguia emprego e habitação com relativa facilidade, os jovens de hoje têm dificuldades em sair da casa dos pais por falta de habitação a preços compatíveis com a sua remuneração salarial. Pelo contrário, o acesso ao ensino era muito mais difícil do que agora. A maior parte dos «jovens» da nossa idade lutou muito, por falta de

formação académica, para atingir um lugar na VIDA, que continuou com o foco posto nos filhos para lhes dar tudo aquilo que não tivemos. Nesse tempo, outro contratempo para muitos jovens do sexo masculino foi a guerra nas antigas colónias que cortou a muitos, vida, esperança e sonhos.

Sem nos darmos conta, a reforma ou a aposentação, como preferirem, chegou com o nascimento dos primeiros netos. E a vida continuou auxiliando os filhos, cuidando dos netos, adoptando novas profissões (“babysitter”, professora, psicóloga, Uber...). Mas, com o tempo, os netos também se vão e a casa fica novamente vazia.

Quem teve a sorte de escapar às doenças, consegue ter ainda uma vida social activa mas, mesmo assim, o grupo vai diminuindo com a partida de muitos e o pior é quando o companheiro(a) de toda uma vida parte... O que lhe sobrevive fica sem chão.

Há também aqueles a quem a vida não sorriu e a vida económica não favoreceu e, infelizmente, são muitos para quem o mês acaba 10 dias após o começo, sem dinheiro para uma alimentação adequada à idade, para os medicamentos, para os tratamentos médicos... e, por vezes, sem qualquer apoio familiar.

Assim, é a VIDA.

NOTA: Este texto não traduz a minha vida mas, sim, o que fui observando ao longo dela.

Maria do Céu Sameiro

Associada nº 2276

DELEGAÇÃO NORTE

Núcleo de Braga

Sessão sobre o Orçamento do Estado 2024

No dia 22 de janeiro realizou-se em Braga uma Sessão-Debate sobre o **Orçamento do Estado para o ano de 2024 e suas implicações na vida dos pensionistas e reformados**, com a participação dos nossos colegas da APRe!, Rolando Rodrigues e José Castro.

A sessão, que decorreu no Auditório do Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio, em Braga, foi muito esclarecedora, sendo de assinalar a interessada participação da assistência.

Núcleo do Grande Porto

Comunidade de Leitores APRe!



69ª sessão, dia 7 de fevereiro. Livro: «Vinte e Zinco».

Estando a decorrer um projeto especial da Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, com o tema «Este Presente em Sete Passados», coordenado pelo escritor Nuno Camarheiro e justificado pelo 50º aniversário do 25 de Abril, numa tentativa de integração dos associados locais, escolheu-se o mesmo livro indicado para este mês, tendo a sessão o subtítulo de «Um Imenso Portugal». Este livro de Mia Couto é à Mia Couto, com uma linguagem poética, muito pessoal, os vocábulos criados numa adaptação concreta ao momento que narra e baseados numa linguagem própria de Moçambique. Como diz o autor, «a palavra descobre-se, não se inventa».

Narrativa marcada pelo domínio do colonialismo, o peso do opressor, representado pela presença da PIDE, a resistência, a violência consequente. A cultura africana, a importância do simbolismo, a presença do sobrenatural, as mulheres com um papel importante, mais insubmissas.

A narrativa desenvolve-se em 12 curtos capítulos, 6 dias antes do dia 25 de Abril de 74, o próprio dia e cinco depois. Na introdução é transcrita esta passagem "Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir" (fala da adivinhadora Jessumina).

E aqui estará a ideia fulcral... a expressão do que atrás se disse.

M. Eugénia Faria

Conversas sobre arte

No passado dia 27 de Fevereiro, aconteceram as primeiras Conversas sobre Arte de 2024. Desta vez, e a pedido dum associado, o tema seria o Movimento Moderno na Arquitectura, nomeadamente a Escola do Porto.

No entanto, para a contextualizar e explicar, Natália Lobo teve de abordar, neste encontro, os antecedentes desse Movimento, o qual teve início nos anos 20-30.

A Escola de Chicago e a nova arquitectura dos arranha-céus também foi objecto de atenção..

Depois analisou-se mais profundamente o Organicismo, com especial destaque para a obra do americano Frank Lloyd Wright, sendo Alvar Aalto uma referência na arquitectura escandinava.

Finalmente, foi focado o Funcionalismo, que exprime o percurso europeu com Le Corbusier – defensor de uma construção prática que resolvesse os problemas de habitação colectiva nas cidades - e dos arquitectos da Bauhaus, uma escola de arte, arquitectura e design.

Mais uma vez, saímos mais sensibilizados relativamente a uma área um pouco distante dos nossos conhecimentos.



Frank Lloyd Wright, *Casa da Cascata (FallingWater)*,
Pennsylvania, EUA, 1935-1937

DELEGAÇÃO CENTRO

Núcleo de Coimbra

Caminhadas



Porque a chuva deu tréguas à quarta-feira, prosseguiram, em alegre chilrear de convívio, pela saúde, as nossas caminhadas.

Intervenção na Comissão de Proteção ao Idoso do concelho de Coimbra

Quase a iniciar o mês de Fevereiro (a 31 de Janeiro de 2024) a APRe! marcou presença, na Câmara Municipal de Coimbra, quando da reunião da Comissão de Proteção ao Idoso do concelho de Coimbra.

Saliente-se que foi a APRe! que, junto do poder autárquico desta cidade, chamou à atenção para o facto de serem as pessoas mais velhas que integram um grupo particularmente desprotegido e que, por isso mesmo, necessita de maior proteção da sociedade, no geral, e dos poderes públicos, em particular. Nesta linha, acompanhará o desafio lançado para a elaboração de um possível regulamento que será o embrião de um organismo nacional que coordene as diferentes comissões municipais que estão a surgir

Ligação com a Comunidade

Aderimos aos desafios ou convites endereçados aos associados da APRe! por:

- Gabinete Social da União das Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades para uma ação de sensibilização intitulada **“Estatuto do Maior Acompanhado”**, a acontecer no dia 28 de Fevereiro de manhã
- Coro da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos**, para o concerto **“Coimbra canta Abril”**. Os ensaios decorreram com sentido da responsabilidade, sob o olhar atento e encorajador do maestro Paulo Bernardino, com o objectivo de sermos um dos dez coros a marcar presença no dia 3 de março no TAGV
- Teatrão (Oficina Municipal do Teatro) para uma intervenção em **“Parlapatório”** - oficina destinada a jovens que não têm idade para votar, em conjunto com pessoas que ainda têm memória de ter vivido os tempos da ditadura portuguesa, em que não havia eleições livres. No período da oficina (5, 6, 7 e 8 Março), usar-se-ão ferramentas de teatro para descobrir a política, a serem visualizadas num espetáculo a 9 de Março.
- Casa Adentro (CA)**, enviado pela Câmara Municipal de Coimbra, entidade promotora, em parceria com o Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o Centro Cultural do Penedo da Saudade/IPC. Este é um projeto (contará com voluntários entre os associados da APRe!) que tem como objectivo aproximar a arquitectura dos cidadãos, proporcionando uma leitura atenta dos edifícios, que inclui sessão de formação (na primeira quinzena de Abril), visitas preparatórias (na segunda quinzena de Abril), e por último, visitas guiadas (4 e 5 de Maio) numa celebração da arquitectura em modo festivo e inclusivo.



DELEGAÇÃO DE LISBOA

Ida ao Teatro – “Tempestade Ainda” no Teatro Aberto



No dia 4 de Fevereiro um grupo de 36 associados da APRe!, numa organização da Delegação de Lisboa ao abrigo de protocolo com o Teatro Aberto, reuniram-se numa ida ao teatro para ver a peça “Tempestade Ainda” de Peter Handke, escritor distinguido com o prémio Nobel da Literatura em 2019, com encenação de João Lourenço e dramaturgia de Vera San Payo de Lemos. Uma viagem no tempo, um sonho acordado: No papel de EU, o escritor, Peter Handke, regressa às suas raízes, na região de Caríntia na Áustria profunda, para narrar a história dos seus antepassados eslovenos no tempo da Segunda Guerra Mundial – a opressão que sofreram sob o domínio nazi, a proibição de falarem a sua língua, a obrigação de partirem para a guerra com o uniforme alemão, a resistência dos partisans nas montanhas.

Notável encenação de João Lourenço e grandes interpretações de todos os actores.

No fim do espectáculo participámos numa enriquecedora conversa com todos os artistas e equipa, que partilharam connosco o processo criativo, as suas dificuldades e conquistas e o grande entendimento entre todos, enquanto nós manifestámos o quanto apreciámos o espectáculo e a importância e a actualidade de chamar a atenção para os horrores da guerra e da opressão e para a resistência a essa opressão, especialmente no mundo actual em que nos vemos também agora a braços com várias guerras e conflitos.



Reuniões da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril

No mês de Fevereiro realizaram-se várias reuniões para analisar o texto do Apelo à Participação e outros assuntos relacionados com o Desfile do dia 25 de Abril na Av. da Liberdade, em Lisboa.

Os pareceres escritos de nove membros da Comissão Promotora e também da APRe!, aparentemente não foram maioritariamente favoráveis ao projeto de escultura evocativa das Comemorações Populares do 25 de Abril, que fora apresentado na reunião de Janeiro, pelo que o projeto foi abandonado.

Visita guiada à Exposição "O Tesouro dos Reis. Obras-primas do Terra Sancta Museum"

A Delegação de Lisboa organizou uma visita guiada, no dia 16 de Fevereiro, à Exposição " O Tesouro dos Reis. Obras-primas do Terra Sancta Museum" na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.



Esta exposição mostra o extraordinário e pouco conhecido tesouro artístico do Terra Sancta Museum, composto de doações realizadas por monarcas católicos europeus, inclusive os reis portugueses, a várias igrejas daquele território ao longo de 500 anos, que viajou pela primeira vez de Jerusalém para Portugal.

Estiveram presentes 27 associados da APRe!. A exposição e a visita guiada revelaram-se muito interessantes pelo enriquecimento cultural que possibilitaram, tendo sido uma boa ocasião de convívio entre todos



Reunião da Comissão Social de Freguesia do Lumiar – 21 de Fevereiro

A APRe! participou na 1ª reunião de trabalho em 2024 da Comissão Social da Freguesia do Lumiar a convite do seu presidente, Dr. Ricardo Mexia. As várias entidades deram informações sobre as suas iniciativas e os diversos grupos de trabalho informaram sobre o trabalho que estão a desenvolver. A APRe! participa no Grupo do Envelhecimento e no Grupo do Ambiente e Sustentabilidade.

Artigo Especial



Eleições para o PE: vamos escolher o nosso rumo comum de forma responsável

As manifestações na Alemanha recordam-nos que a força da democracia depende do empenhamento dos cidadãos comuns, mas também que é urgente defendê-la. No período que antecede as eleições europeias, recordamos a responsabilidade de cada um de nós de nos unirmos para construir uma Europa para todos!

[Eleições para o Parlamento Europeu: vamos escolher o nosso rumo comum de forma responsável - AGE Platform Europe \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu)

Manifesto AGE apresentado no Parlamento Europeu

Antes das eleições para o Parlamento Europeu, em junho, lançámos oficialmente o nosso Manifesto, juntamente com os principais responsáveis e parceiros da UE. É oportuno resumir as principais questões em jogo numa Europa que está a envelhecer rapidamente.

Leia o nosso relatório: [Manifesto AGE lançado no Parlamento Europeu - AGE Platform Europe \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu)



Rumo a uma estratégia europeia para as pessoas mais velhas Relatório do evento

Já está disponível o relatório da cimeira realizada em Madrid, no passado mês de novembro, pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE) no âmbito da Presidência espanhola da UE.

[2023-11-29 - Report - Towards a European strategy for older persons | EESC \(europa.eu\)](https://europa.eu)



Pode voltar a ler o nosso artigo relacionado em:

[Política actual e futura da UE para os idosos: participação da AGE no evento da Presidência Espanhola - AGE Platform Europe \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu)

“Os nossos direitos, o nosso destino” – entrevista para a tv espanhola

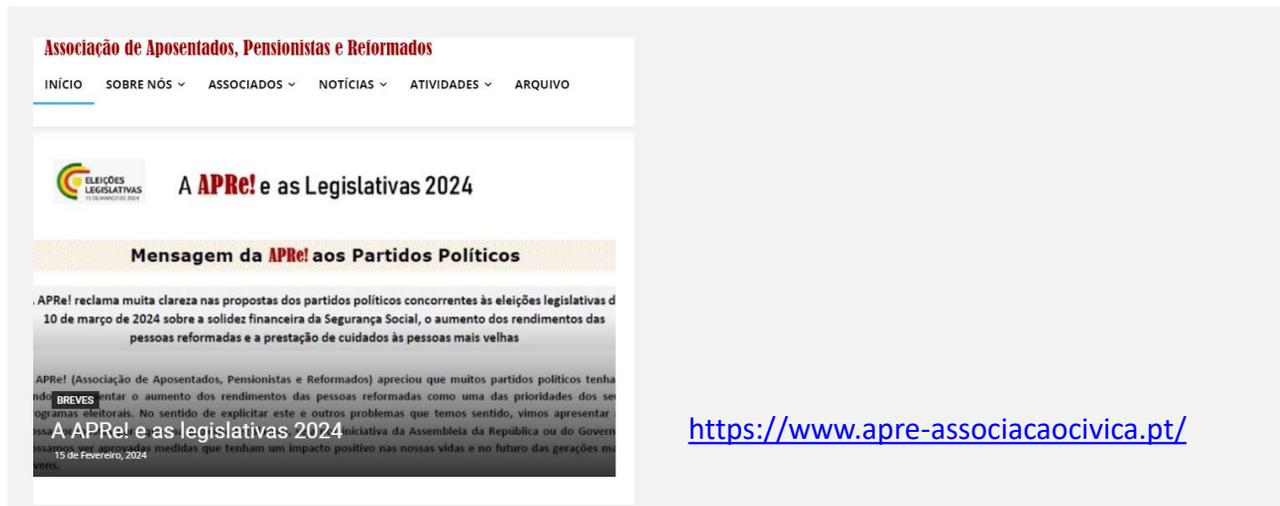
A Gestora de Direitos Humanos da AGE, Nena Georgantzi, foi entrevistada para o programa “Veïns” (vizinhos) da TV Barcelona na Televisió LHDigital L'Hospitalet! no segmento 'Nossos Direitos, Nosso Destino'.

Falou sobre o preconceito da idade e a importância crítica de defender os nossos direitos à medida que envelhecemos, destacando as iniciativas da AGE a nível da UE.

Veja a entrevista (em espanhol) no link:



[“Os nossos direitos, o nosso destino” - Entrevista para a TV espanhola - AGE Platform Europe \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu)



Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados

INÍCIO SOBRE NÓS ▾ ASSOCIADOS ▾ NOTÍCIAS ▾ ATIVIDADES ▾ ARQUIVO

A APRe! e as Legislativas 2024

Mensagem da APRe! aos Partidos Políticos

APRe! reclama muita clareza nas propostas dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 10 de março de 2024 sobre a solidez financeira da Segurança Social, o aumento dos rendimentos das pessoas reformadas e a prestação de cuidados às pessoas mais velhas

APRe! (Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados) apreciou que muitos partidos políticos tenham apresentado o aumento dos rendimentos das pessoas reformadas como uma das prioridades dos seus programas eleitorais. No sentido de explicitar este e outros problemas que temos sentido, vimos apresentar a APRe! e as legislativas 2024 iniciativa da Assembleia da República ou do Governo das regiões autónomas, medidas que tenham um impacto positivo nas nossas vidas e no futuro das gerações mais velhas.

15 de Fevereiro, 2024

<https://www.apre-associacaocivica.pt/>

APRe! REPRESENTAÇÕES

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

1. Conselho Económico e Social (CES)
2. Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
3. Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
4. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. AGE Platform Europe – Membro Efectivo
2. OEWGA – Grupo de Trabalho para o Envelhecimento da ONU – ONG acreditada
3. ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas – ONG com estatuto consultivo na área do envelhecimento

ENDEREÇOS COM INTERESSE

<https://www.dgs.pt/>

<https://www.who.int/>

<https://whc.unesco.org/en/list/>

MAIS INFORMAÇÕES

<https://m.facebook.com/groups/apreassociados/> (Grupo de Associados no Facebook)

<https://m.facebook.com/APRe-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Aposentados-Pensionistas-e-Reformados-593878590700923/>

(Página Institucional no Facebook)